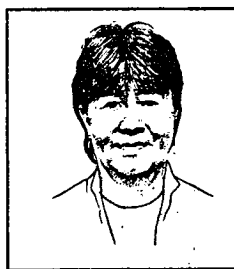


As divergências dentro da equipe



**No seu
olimpo, o
árbitro FH
assiste e
estimula a
disputa**

A unanimidade é burra, dizia Nelson Rodrigues. E com razão. Não há cena mais insultante à inteligência humana do que aquelas votações do comitê central do Partido Comunista Soviético, quando todos erguiam as mãos juntos, como autômatos, sem nenhuma voz discordante. Divergências dentro da equipe do governo, portanto, deveriam ser vistas como algo natural e útil. Não precisam ficar escondidas da opinião pública. O perigo é quando as diferenças se transformam em discórdia, disputa pelo poder e espaço político. O que, não raro, acontece no Brasil. Não parece, contudo, ser o caso das discordâncias entre o secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, e o diretor de Pesquisa do Banco Central, Chico Lopes, manifestadas durante os dois dias de reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN). No governo os dois são responsáveis pela análise de conjuntura da economia e levaram para o CMN avaliações que bifurcavam decisões na dosagem de alívio às restrições ao consumo. "Não nego as divergências. Mas elas estavam muito mais ligadas ao timing das medidas. No final, o mix que saiu satisfaz e é o suficiente para o momento", diz Mendonça de Barros, que na equipe já vinha defendendo o afrouxamento da política defensiva há mais de um mês. Embora o secretário não admita, no início da

reunião as discordâncias também se relacionavam com as restrições do crédito ao consumo, cujos prazos permaneceram inalterados. Na quinta-feira, depois de dois dias de exaustivas discussões, Mendonça de Barros acabou convencido dos argumentos de Chico Lopes.

A reunião do CMN foi antecedida por uma sa-raivada de pressões, partidas de uma oportunista aliança entre Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação do Comércio de São Paulo (FCSP) e Força Sindical, para o governo abolir as restrições ao crédito. Não importa se o custo disso se traduzisse em descontrolado da inflação. As três entidades organizaram uma estratégia esperta colocada. Na terça-feira, em ação combinada, a Fiesp e a FCSP divulgaram pesquisas onde concluíam que o crescimento do emprego proporcionado pelo Plano Real, a partir de julho de 1994, teria sido anulado com as demissões ocorridas nos últimos meses. Segundo a Fiesp, só na terceira semana de agosto foram demitidos 10.220 trabalhadores no estado de São Paulo, 28.024 no mês e 42.786 no ano. Igualmente expressivos, os números da Federação do Comércio apontavam para a ocorrência de 3,9 mil demissões em julho, na região metropolitana de São Paulo. Na manhã de quinta-feira, enquanto a reunião do CMN prosseguia em Brasília, a Força Sindical cumpria sua parte na estra-

tégia, realizando manifestação pública em São Paulo, para onde empresários ligados à Fiesp enviaram seus empregados, em ônibus das empresas, e alguns deles chegaram a discursar ao lado de lideranças da Força Sindical, que ameaçavam paralisar o país com uma greve geral. Pesquisas e manifestação tinham por alvo o prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília, onde uma dezena de funcionários do governo discutiam medidas para aliviar o consumo.

Na mesma terça-feira em que industriais e comerciantes paulistas dramatizavam o quadro de queda de vendas e desemprego em seu estado, o presidente da Brasmotor, Hugo Miguel Etchenique, anunciava que sua empresa atingiu recorde histórico de vendas este ano. "Nunca vendi tanto", dizia. Como a Brasmotor é a maior fabricante de geladeiras e fogões do país (comercializa as marcas Consul, Brastemp e Semer) o testemunho de Etchenique joga um foco de luz sobre a atual conjuntura de queda na atividade econômica. Sem dúvida, a indústria automobilística é hoje a mais atingida pelas restrições ao crédito, acumula estoques elevados e enfrenta problemas de retração nas vendas. Estimuladas pela euforia dos primeiros meses do Real, as montadoras acabaram avaliando errado o futuro e superdimensionaram a produção. Os números mostram isso. Entre janeiro e julho deste ano a produção média anualizada de veículos alcançou 1.633 mil unidades e as vendas internas somaram 1.293 mil automóveis, com crescimento de 11,9% em relação a 1994. Some-se a isso a febre de vendas de carros importados no início do ano. O resultado só poderia ser cresci-

mento dos estoques e ameaça de desemprego.

É verdade que desde março o governo puxou forte o freio da atividade industrial, retirando o dinheiro de circulação através do compulsório, restringindo o crédito e praticando taxas de juros altas. Mas o efeito disso sobre o conjunto da economia foi desigual. Daí continuarem aquecidas as vendas de geladeiras e fogões e retraídas as de veículos. Por ser um bem caro, o automóvel é acessível a um universo bem menor de consumidores. Diferente da geladeira, que pode ser adquirida em prestações mensais compatíveis com o poder de compra de larga faixa da população. Mendonça de Barros acha que as medidas tomadas esta semana desafogarão os estoques das montadoras não na proporção do desejo da Anfavea, mas dentro do que o governo avaliou ser possível. A partir deste mês o consumo tende a crescer ajudado pelo dia das crianças e a proximidade do Natal, aposta ele com otimismo.

E as divergências dentro da equipe econômica seguirão outros cursos. Não desaparecem porque há duas linhas de pensamento e ação nitidamente distintas, lideradas por Pedro Malan e José Serra. Até agora o jogo está empatado. Se Malan, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Chico Lopes fazem gol quando argumentam que há riscos para a estabilidade, José Serra, José Roberto Mendonça de Barros e Andrea Calabi conseguem empatar recuando na abertura da economia ao comércio externo. No seu olimpo, o árbitro Fernando Henrique Cardoso assiste e estimula a disputa.